

Congresso aprova o primeiro orçamento do governo Lula

- Em 2004, a Saúde deve receber quase R\$ 35 bi. A descentralização dos recursos foi garantida
- Para as aposentadorias e pensões, o governo federal terá à disposição R\$ 124 bi
- R\$ 117 bilhões serão destinados ao pagamento de juros da dívida pública
- Para investimentos das estatais, o Executivo federal poderá destinar R\$ 32 bilhões



Waldemir Rodrigues

Foi aprovado ontem o Orçamento da União para 2004, o primeiro do governo Lula. R\$ 11,9 bilhões é o valor estabelecido para investimentos no orçamento fiscal e da seguridade social. A previsão é que haja um crescimento econômico de 4%, inflação de 5,5% e taxa de juros a 12,7% no fim do ano.

Páginas 2 e 3



QUÓRUM Arthur Virgílio (ao microfone) protestou contra o baixo número de parlamentares governistas para votar a lei orçamentária



Waldemir Rodrigues

DEBATES Presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira, a sessão durou quatro horas

Votação do Plano Plurianual fica para a convocação extraordinária

Relator do projeto, Roberto Saturnino explica que a complexidade do exame do orçamento atrasou a apreciação do PPA pelo Congresso. De acordo com o senador, as negociações do texto final serão retomadas em janeiro do próximo ano.



Roosevelt Pinheiro

Página 2

CONTROVÉRSIA Relatório de Saturnino prevê superávit de 4,25% em 2004

Líder do PSDB refuta acusação a Greenhalgh



Virgílio lembra luta do deputado pela anistia

Ao registrar que o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em sua edição de ontem, notícia informando que o preso Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira (acusado pelo assassinato do então pre-

feito de Santo André, Celso Daniel) denunciou à Justiça que teria sido torturado pelo deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) expressou sua total descrença sobre a acusação.

– Gostaria de dar um cheque em branco a Luiz Eduardo Greenhalgh, se é que adianta alguma coisa. Ele tem sua vida dedicada à defesa dos direitos humanos. Não consigo vê-lo torturando, nem permitindo tortura ou compactuando com ela. Greenhalgh foi um defensor de presos políticos durante o período da ditadura militar – afirmou Arthur Virgílio.

O senador lembrou que, quando foi líder do governo Fernando Henrique Cardoso e ministro de Estado, sempre conversava com Greenhalgh a respeito da defesa dos direitos da pessoa humana. Ele testemunhou que o deputado petista o ajudou na tramitação da medida provisória, depois convertida em lei, que ampliou os limites da anistia.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que presidia a sessão, também solidarizou-se com Greenhalgh, assim como Eurípedes Camargo (PT-DF) e Sibá Machado (PT-AC).

ORÇAMENTO

Votação da proposta orçamentária adia para 2004 decisão sobre PPA

Saturnino diz que negociações sobre o plano serão retomadas no reinício dos trabalhos legislativos

A complexidade da votação da proposta orçamentária provocou o adiamento da decisão sobre o projeto de Plano Plurianual (PPA) para o período de 2004 a 2007, disse o relator da matéria, senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Segundo o parlamentar, o plano pode ser votado em janeiro.

AMIR LANDO

Orçamento pertence ao conjunto da sociedade

O senador Amir Lando (PMDB-RO), líder do governo no Congresso, destacou que o orçamento não pertence ao governo, à oposição ou a qualquer partido político, mas ao conjunto da sociedade. Ele ressaltou que senadores e deputados trabalharam durante madrugadas para chegar ao resultado a ser apreciado pelo Plenário das duas Casas.

A atuação do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) como presidente da Comissão Mista de Orçamento foi elogiada por Amir Lando.



Waldemir Rodrigues

HERÁCLITO FORTES

Que seja a última votação desse modelo viciado

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse esperar que, com a sessão de ontem do Congresso Nacional, acabe “essa era maldita de modelo errado de votação e discussão do orçamento da República”. Ele relatou ter visto parlamentares brigando por benefícios para seus estados e municípios, “o que é legítimo”, e a pressão dos mesmos lobistas de 20 anos, “a querer induzir e comandar o orçamento que pertence ao povo brasileiro”.

– Espero que esse modelo de orçamento viciado, que não serve ao país, seja o último que se vote – afirmou.

Heráclito defendeu a aprovação do orçamento impositivo.

SÉRGIO GUERRA

Propostas não remetem ao desenvolvimento

Na opinião do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o orçamento para 2004 é um conjunto de propostas restritivas, que não remete ao desenvolvimento. Para o senador, a peça orçamentária não vai resolver os problemas de infraestrutura do país.

Apesar das críticas, Sérgio Guerra elogiou o trabalho dos parlamentares, especialmente do relator da matéria, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), e do presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



Célio Azevedo

ARTHUR VIRGÍLIO

Governo petista precisa respeitar mais a oposição

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), retirou pedido de verificação de quórum, feito durante a votação do Orçamento da União, o que, afirmou, demonstra seu “compromisso de servir ao país”.

Ele considerou o número de parlamentares presentes “insignificante para uma sessão que delibera sobre a lei mais importante do país”. O senador disse esperar, com a sua atitude, fazer o governo petista respeitar mais a oposição.

– Que o governo nunca mais menospreze os adversários.

Virgílio lembrou que, para a votação, na última segunda-feira, do projeto de lei de conversão da medida provisória que aumentou a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo federal reuniu em Plenário grande número de senadores.

Como houve um acordo de lideranças para decidir sobre o orçamento, conforme salientou, bastaria ao líder oposicionista solicitar verificação de quórum para derrubar a votação, pois o Plenário não teria o número mínimo de parlamentares exigido pelo regimento.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Parlamento entra em recesso

Começa hoje o período de recesso parlamentar do Congresso Nacional. Em função do encerramento dos trabalhos da Casa, o **Jornal do Senado** terá somente duas edições semanais no início de janeiro e volta a ser distribuído normalmente durante a convocação extraordinária do Congresso, quando serão retomados os trabalhos do Plenário.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

ORÇAMENTO

Investimentos contam com R\$ 11,9 bilhões



Waldemir Rodrigues

■ Congresso aprova a lei orçamentária da União para 2004. Relator crê na execução dos recursos previstos

O Congresso Nacional aprovou, depois de quatro horas de sessão (das 18h às 22h), o Orçamento Geral da União para 2004. Apenas ontem, o orçamento exigiu 17 horas consecutivas de trabalho, porque a Comissão Mista de Orçamento abriu sua sessão de exame de emendas e destaques às 5h da madrugada.

O orçamento total é de R\$ 1,501 trilhão, que incluem o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, além do Orçamento de Investimentos das Estatais, que é de R\$ 32 bilhões. A previsão de investimentos é de R\$ 11,9 bilhões, que seriam suficientes para impulsionar um crescimento econômico de 4% em relação a 2003. O relator-geral, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), disse que praticamente não haverá necessidade de contingenciamento.

A comissão conseguiu recompor os recursos para a Saúde, a fim de adequar o orçamento à exigência constitucional de aplicação de um percentual mínimo para o setor. A verba para Saúde será de quase R\$ 35 bilhões.

O Orçamento Geral da União projeta uma inflação de 5,5% para 2004, e a taxa de juros nominais no país poderá chegar ao final do ano em 12,7% ao ano. O relatório sugere um aumento de 5% para o salário mínimo, um total aproximado de R\$ 30 – um mínimo de R\$ 270. As despesas com pessoal terão R\$ 5,4 bilhões para as novas contratações, reajustes salariais, reestruturação de carreiras e ajustes de benefícios.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pediu o fim da sessão de ontem, alegando falta de quórum, mas acabou por atender a apelos do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que presidia a sessão, que argumentou ser o orçamento um documento do país, e não do governo.

– Eu aceito o argumento. Eu estaria sendo irresponsável como um petista se mantivesse o pedido de derrubada da sessão – disse Arthur Virgílio.

VOTAÇÃO Orçamento Geral da União foi acolhido pelo Plenário depois de quatro horas de sessão do Congresso Nacional

Como ficou o primeiro Orçamento do governo Lula

R\$ 1,501 trilhão - Orçamento Geral da União (OGU)

R\$ 1,469 trilhão - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

R\$ 32 bilhões - Orçamento de Investimentos das Estatais

R\$ 860 bilhões - Refinanciamento da dívida pública federal

R\$ 124 bilhões - Benefícios previdenciários

R\$ 84 bilhões - Pessoal e encargos

R\$ 117 bilhões - Pagamento de juros da dívida pública

R\$ 11,9 bilhões - Investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social

Fonte: Consultoria de Orçamento do Senado

ELEIÇÕES

A disputa pela recomposição de verbas, na reta final da votação do substitutivo ao projeto de lei orçamentária de 2004, não garantiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o dinheiro necessário para preparar as eleições municipais do próximo ano. O valor assegurado depois da votação dos destaques foi de apenas R\$ 25,5 milhões, o que ficou muito aquém do montante solicitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, de R\$ 120 milhões destinados à substituição de 76,2 mil urnas obsoletas de 1996.

O relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), acolheu o destaque apresentado pelo líder do governo no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), que garantiu mais R\$13,5 milhões aos R\$ 12 milhões obtidos pelo TSE no primeiro parecer de Bittar. A opção do TSE foi solicitar a 15 parlamentares que destacassem no relatório final. Mas essa empreitada não obteve sucesso. Bittar explicou que o governo deve complementar o orçamento da Justiça Eleitoral durante sua execução em 2004.

EMENDAS DE BANCADAS

A votação dos 2.227 destaques ao substitutivo de Jorge Bittar ao Orçamento de 2004 terminou às 16h50 de ontem. Foram mais de seis horas de votação na Comissão Mista de Orçamento, que encerrou os seus trabalhos no atual ano legislativo. Nessa etapa final, as negociações para fechar os acordos com as bancadas estaduais e viabilizar a aprovação do relatório geral exigiram cerca de R\$ 1 bilhão a mais para acomodar os destaques.

Bittar explicou, mais cedo, que recompôs, no seu parecer sobre os

destaques, verbas no valor de R\$ 800 milhões, que haviam sido cortadas pelos relatores setoriais em programas governamentais de caráter nacional. Os valores finais do orçamento ainda não estão fechados, até pelas dificuldades em processar tantas mudanças negociadas durante a votação dos destaques. A comissão ainda não está totalmente informatizada e recebeu R\$ 1 milhão no orçamento de 2004 para sua automação. No relatório de Bittar, o montante para emendas parlamentares é de R\$ 5,45 bilhões.

SAÚDE

Depois de uma reunião tumultuada, que começou às 5 horas da madrugada de ontem e foi interrompida pelo menos duas vezes, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) mostrou mais uma vez a prioridade conferida à área da Saúde. Os senadores e os deputados aprovaram a redistribuição dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) destinados ao atendimento médico-hospitalar de média e de alta complexidade (MAC), que inclui desde partos até cirurgias de transplante.

A decisão favorável aos destaques apresentados pelo presidente da Frente Parlamentar da Saúde, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), descentralizou R\$ 2,3 bilhões que estavam alocados no Ministério da Saúde, deixando apenas R\$ 79 milhões dos recursos do MAC para serem definidos pelo ministro Humberto Costa. Da maneira como veio para o Congresso, a proposta encaminhada pelo Executivo recebeu duras críticas da Frente Parlamentar, que enxergou na concentração das verbas um recuo em relação à política de municipalização da saúde feita no governo anterior e a possibilidade de manipulação de recursos do SUS em ano eleitoral.

O relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar, aceitou não só

a descentralização proposta por Rafael Guerra como a revisão na distribuição regional do dinheiro do SUS. Do total de R\$ 19,87 bilhões para 2004, envolvendo recursos do MAC e do Piso de Atenção Básica (PAB) à Saúde, apenas R\$ 164,9 milhões não são carimbados para os estados, observando os critérios de distribuição *per capita*, conforme tabela apresentada por Guerra. Além dos R\$ 79 milhões para a média e a alta complexidade, o ministro da Saúde terá R\$ 85,9 milhões dos R\$ 5,25 bilhões do PAB. "Democratizamos os recursos", comemorou Guerra.

Fiocruz

O presidente da Frente Parlamentar da Saúde conseguiu atender um pleito direto do ministro da Saúde. Rafael Guerra incorporou aos seus destaques o acréscimo de R\$ 20 milhões ao orçamento da pasta, para que a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) possa adquirir uma planta industrial, desativada pela Glaxo, para expandir a sua produção de medicamentos.

Segundo o deputado Rafael Guerra, pela avaliação da Caixa Econômica Federal (CEF), a multinacional está oferecendo as instalações industriais por um terço do que elas valem no mercado.

Promessa de mudanças

A grande mudança do primeiro orçamento do governo petista estará na sua execução e não propriamente no seu desenho. O relator-geral, deputado Jorge Bittar, empenhou-se em negociar com o Executivo que os valores aprovados pelo Congresso Nacional serão executados. Se isso realmente ocorrer, os investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, previstos em R\$ 11,9 bilhões para 2004, poderão significar um expressivo aumento não sobre a

lei orçamentária deste ano, que autorizou R\$ 14,2 bilhões, mas sobre o valor realizado, que não chegava a R\$ 2 bilhões até meados de dezembro.

Nos últimos anos, os investimentos orçados na administração Fernando Henrique eram mais elevados (R\$ 18,2 bilhões em 2001; R\$ 17,6 bilhões em 2002). Porém, o autorizado em lei era contido em uma camisa-de-força. O governo realizou apenas R\$ 5,8 bilhões em 2001 e R\$ 4,5 bilhões em 2002.

Legislativo deu exemplo de dedicação, afirma Heráclito

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ontem, ao analisar os trabalhos do Senado no ano que se encerra, que a Casa deu exemplo de dedicação e trabalho. Ele afirmou que os debates foram o ponto alto do ano, destacando a atuação das lideranças partidárias. Na sua avaliação, o Senado contribuiu para o fortalecimento da democracia.

Heráclito comemorou ainda a grande representatividade da mulher nesta legislatura e elogiou o trabalho da Mesa, da imprensa e dos servidores. O parlamentar também agradeceu ao estado do Piauí, que representa.



Para Eurípedes, Senado é escola de respeito à diversidade

Em discurso ontem, no Plenário, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) afirmou ter aprendido muito durante esse primeiro ano de mandato, especialmente sobre a capacidade do Senado de equacionar divergências e buscar a harmonia federativa.

O senador lembrou ter começado sua vida política como líder comunitário na Ceilândia, cidade-satélite do DF. Ele salientou que sua presença no Senado mostra que é possível a inserção e a mobilidade social no Brasil e agradeceu à Associação de Moradores da Ceilândia.

Eurípedes Camargo disse ter aprendido a respeitar cada vez mais a diversidade, desenvolvendo uma visão ainda mais clara da importância do respeito à democracia, ao contraditório e ao novo.



Sibá lembra reformas que devem ser feitas em 2004

Fazendo um balanço das atividades do Senado, Sibá Machado (PT-AC) disse que a Casa amadureceu para os próximos passos que deverão ser dados, que classificou como "imprescindíveis para o Brasil que todos desejam construir". Ele lembrou que deverão ser realizadas, ainda, as reformas política, trabalhista, sindical e do Judiciário. Em sua avaliação, o que foi feito até agora representa "apenas o começo."

Sibá elogiou a atuação do presidente do Senado, José Sarney, "a pessoa certa para o momento", e destacou ainda o papel dos líderes partidários.



Antonio Carlos elogia atuação de Sarney à frente da Casa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou, em Plenário, a atuação do presidente do Senado, José Sarney. Para ACM, Sarney "foi, sem dúvida, uma das figuras políticas mais importantes deste ano na República".

– O presidente e a Mesa Diretora estão de parabéns, em particular o presidente Sarney – afirmou. Antonio Carlos registrou também que o Senado aprovou autorização para a prefeitura de Salvador contratar operação de crédito de R\$ 9,856 milhões, junto à Agência de Desenvolvimento do Estado da Bahia, no valor com recursos do Banco Mundial. As verbas, segundo o senador, destinam-se a obras de infra-estrutura e saneamento básico em áreas carentes.



Serys destaca decisão do STF para uso da Cide em rodovia

Senadora lembra que, em razão de veto no ano passado, recursos estão sendo utilizados para outros fins

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinando que os recursos oriundos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sejam utilizados para financiamento de infra-estrutura de transporte foi comemorada, em discurso, pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A senadora explicou que, em razão de veto no ano passado, os seus recursos continuam sendo utilizados também para outros fins. "Em 2003, estima-se que a Cide vai arrecadar mais de R\$ 10 bilhões, e nem 10% disso foi aplicado nas estradas."



Fotos: Waldemir Rodrigues

DISTORÇÃO Serys afirma que, este ano, menos de 10% serão aplicados em estradas

de, os seus recursos continuam sendo utilizados também para outros fins. "Em 2003, estima-se que a Cide vai arrecadar mais de R\$ 10 bilhões, e nem 10% disso foi aplicado nas estradas."

Serys disse que as rodovias federais em Mato Grosso estão em "situação precaríssima", citando como exemplo as BRs-070, 163, 364 e 158. Ela destacou a luta da bancada do estado, no Comissão Mista de Orçamento, por mais recursos para essas estradas.

– Mato Grosso é o maior produtor de soja e um dos maiores de milho, gado, algodão e cana-de-açúcar. Só precisamos de um mínimo de infra-estrutura.

A senadora dirigiu apelo ao governador Blairo Maggi para que providencie o pagamento dos salários de 12 mil funcionários interinos contratados pela Secretaria de Educação. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) apoiou as reivindicações.

Tuma quer mais aplicações em infra-estrutura

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) dirigiu apelo ao governo federal para que faça mais investimentos em infra-estrutura, a fim de promover o desenvolvimento do país. Ele afirmou que "todos desejam sucesso à administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

Referindo-se a discurso do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que defendeu o fim das desigualdades regionais e a adoção de políticas para a Amazônia, Romeu Tuma disse que sempre se emociona quando ouve falar da região, que visitou muitas vezes a serviço da



SOLUÇÃO Romeu Tuma sugere implantação de projetos de regionalização do crescimento

Polícia Federal.

– Conheci profundamente por que o amazonense tem tanta paixão por sua terra – destacou o senador paulista, de-

sendo projetos de regionalização do desenvolvimento. Ele ressaltou a importância do Projeto Calha Norte e do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Romeu Tuma pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de e-mail enviado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, aos servidores da Casa. A mensagem informa que o presidente do Senado, José Sarney, afirmou com entusiasmo, em jantar de confraternização no dia 17, que o quadro de funcionários da Casa é o melhor existente no país.

Mozarildo cobra ação contra desigualdades

Com a afirmação de que a região Norte é a mais prejudicada nas políticas governamentais, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu, ontem, mais empenho do governo na luta contra as desigualdades regionais, especialmente em relação àquela parte do país.

O senador defendeu ainda a implementação de um plano de desenvolvimento para a Amazônia. Esse plano já está sendo finalizado e tem participação do Ministério do Meio Ambiente, informou.

– É importante o país acordar

para a região Norte. A eliminação das desigualdades não pode ser uma tarefa só dos que habitam a região – afirmou o parlamentar, observando que um dos objetivos da República é o combate ao desequilíbrio regional.

Mozarildo lembrou que políticas de desenvolvimento adotadas nos últimos anos mudaram bastante a configuração da região Centro-Oeste, trazendo progresso para os estados que a formam.

Com relação ao Norte, o senador reconheceu que foram tomadas al-



DECISÃO Mozarildo pede a adoção imediata de plano para desenvolver a Amazônia

gumas medidas pontuais para diminuir as desigualdades, como a criação das universidades federais de Roraima e do Amapá. Mas, observou, outras medidas são necessárias. Ele recebeu apoio da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).